

FORMAÇÃO DO TRABALHO: MOBILIDADE E IMOBILIZAÇÃO DA FORÇA  
DE TRABALHO NA AGRICULTURA BRASILEIRA<sup>1</sup>

"UMA ANÁLISE CRÍTICA DA FORMULAÇÃO DE GAUDEMAR"

Carlos Minc Baumfeld

RESUMÉ

La mobilité géographique des individus et des couches sociales fait partie des mouvements plus complexes que constituent historiquement le tissu sociale et que rédefinent les rapports entre l'espace et les classes sociales.

Les propositions théoriques de GAUDEMAR dépassent positivement quelques conceptions traditionnelles de la Démographie et de la Géographie de la Population. Cependant GAUDEMAR généralise ses postulats en partant des pays développés et de la sphère de l'industrie.

Cet article reprend les processus de mobilité et de l'immobilisation de la force de travail partant d'une analyse des pays sous-développés et de la sphère de la production agricole, et il se fonde sur des travaux sur le terrain réalisés sur la formation du marché de travail aux frontières agricoles brésiliennes.

MIGRAÇÕES E MOBILIDADE

A demografia tradicional praticamente reduziu os movimentos de população às instâncias da sua reprodução biológica. Ainda hoje, diversos estudos partem das variáveis clássicas: idade, sexo e nível de instrução, para avaliarem a decisão de migrar, supondo uma perspectiva individual. "O migrante individualizado corresponde a um certo protótipo psicológico com níveis ou graus de motivação, de aspiração, de expectativa, de iniciativa, de propensão pessoal. O crescimento populacional e a migração não são pensados como fenômenos globais, mas como somatórios de fenômenos de ordem individual - decisão de procriar ou decisão de migrar"<sup>2</sup>.

Na realidade, a fecundidade e a mortalidade antes de constituírem ponto de partida para a explicação do fenômeno, devem elas próprias constituir objeto de estudo, para a análise das condicionantes sociais que as determinam.

<sup>1</sup> Este trabalho contou com o apoio do CNPq e da FINEP.

<sup>2</sup> ACEVEDO, R.E. e HEBETTE, J. - Mobilidade do Trabalho. Série Seminários e Debates, nº 7, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.

Na análise histórica da formação dos mercados de trabalho, vemos que a população escrava apresentou, no Brasil, uma variação natural negativa, ou seja, a mortalidade superava largamente a natalidade, o que apenas foi compensada pelo tráfico escavo dos navios negreiros por cerca de 300 anos. O regime e a intensidade de trabalho impostos ao escravo de terminavam a impossibilidade de que ele constituísse família, procriasse normalmente. Vivendo em senzalas - grandes barracões onde eram amontoados em grupos numerosos -, o escravo via sua eventual companheira ou seu filho serem vendidos a outro proprietário.

Com alimentação precária e jornadas de trabalho longuíssimas, seu tempo de vida acabava sendo determinado pelo tempo de amortização do investimento feito nele. Neste caso não podemos falar em reprodução da FT, mas em "manutenção" da FT<sup>3</sup>. Neste caso é mais evidente como as variáveis demográficas são produzidas e controladas pelo modo de produção.

Outra idéia tradicional, neste caso da geografia da população, é a análise das migrações do prisma do antagonismo População x Recursos. Esta abordagem restringe consideravelmente a análise aos desequilíbrios produzidos entre o crescimento vegetativo da população e as potencialidades naturais do meio ambiente. Em verdade, estes desequilíbrios que "produzem" um excedente populacional são sobretudo resultantes das formas de apropriação do espaço natural e da sua utilização por determinadas classes sociais.

Nossa experiência de trabalho na Guiné-Bissau (ex-colônia portuguesa) nos permitiu estudar, p. ex., como em determinadas regiões das etnias Fulas e Balantas foi produzido pelo colonialismo um excedente de população<sup>4</sup>.

Estas comunidades praticavam culturas itinerantes, baseadas em queimada da floresta, plantação de arroz por 3 anos, deslocação para nova área, etc. A volta para a área inicial levava em média 30 anos. O colonialismo se apodera p. ex. da metade destas terras para a plantação comercial do amendoim ("mancarra" como dizem os Fulas) para exportação. As comunidades passam a retornar às áreas de origem em 15 anos, insuficientes para recompor o fundo de fertilidade natural do solo de forma a alimentar a comunidade.

Neste caso há apenas 2 hipóteses: ou se adotam sistemas produtivos mais intensivos, com irrigação, rotação de culturas, etc., o que

<sup>3</sup> GORENDER, J. - O Escravismo Colonial. Ed. Ática, São Paulo, 1981.

VAINER, C. - Production vivrière et Reproduction de la force de Travail au Brésil. Tese de Doutorado. IEDES, Paris, 1979.

<sup>4</sup> DOWBOR, L. e BAUFELD, C.M. - Colonialismo e População. Comissariado do Plano, Bissau, 1979.

é inviável em condições de extrema repressão e dominação política, ou se produz um "excedente" de população, que será usado pelos colonialistas de diversas formas. Neste caso, pelo menos, a relação População x Recursos passa por um intermediário poderoso e mal-intencionado!

Voltando a crítica que desenvolvíamos à perspectiva individual e comportamentalista, podemos dizer, pelo menos no caso brasileiro atual, a grande maioria dos movimentos de população de origem rural não consistem numa "opção" e são geralmente imposições. Os dados do Censo de 1970 mostravam que cerca de 1/3 da população brasileira não residia nos municípios de nascimento e os dados preliminares do Censo de 1980 indicam que a transitoriedade residencial aumentou.

Diversas pesquisas com camponeses em regiões de fronteira mostram que parte considerável dos camponeses, posseiros, migrantes repetidos nas fronteiras, já realizaram 2, 3, até 7 e 8 etapas migratórias, e as razões são frequentemente: expulsão, violência, endividamento. Nestes casos é sem dúvida difícil restringir a análise "à propensão psicológica para migrar" ou aos "critérios sócio-profissionais de retenção seletiva". Não há dúvidas, no entanto, que determinadas opções de migrar, principalmente no meio urbano e ainda mais em países desenvolvidos têm conotações que passam pelo nível de instrução e de renda e perspectivas de ascensão social.

Para a formação de mercados de FT agrícola são determinantes os mecanismos que põem em movimento, ou os que, ao contrário provocam a retenção e a semi-imobilização de grandes contingentes humanos, setores e frações de classes sociais.

Outras abordagens do fenômeno migratório acentuam as componentes espaciais para a apreensão do movimento. Nesta proposta os lugares de origem e destino são analisados e tipificados e a estrutura agrária de determinado tipo ou cidades com certa hierarquia na rede urbana, ou a partir de determinados limiares de população, seriam os elementos característicos de atração e de repulsão.

Como o espaço não é homogêneo e sua diversidade é também produto da ação de grupos sociais, é importante que a dimensão espacial seja efetivamente incorporada na análise dos movimentos da população (que por sua vez redefinem seu próprio espaço de inserção). No entanto, a ênfase em variáveis de natureza estritamente espacial, pode empobrecer a apreensão do fenômeno no seu conjunto.

HEBETTE<sup>5</sup> chama a atenção para o fato que nas correntes migratórias de grupos, a noção de pontos de origem e de destino tornam-se extremamente fluídas. Nestes casos o lugar de nascimento não coincide ne-

<sup>5</sup>HEBETTE, J. e ACEVEDO, R. - Colonização Não-Dirigida na Belém-Brasília. NAEA/UFPa, Belém, 1976.

cessariamente com o ponto de partida da corrente, e os destinos imediatos são geralmente pontos de partida para novas migrações.

Nosso trabalho de campo em fronteiras agrícolas e em particular na área da BR-364 em Rondônia detectou várias regiões em transformação que são simultaneamente área de atração para certos grupos sociais e área de repulsão para outros, além do que diversos grupos vêm mudadas suas condições de inserção na produção sem se deslocarem da região.

O discurso governamental, trata: das migrações como fator de progresso, de desenvolvimento, no caso das áreas pioneiras, e por outro lado, defende a necessidade de fixar o homem ao campo, quando o que está em jogo são as migrações rurais-urbanas com destino às grandes metrópoles.

O curioso é que grande parte da oposição, seja parlamentar, seja acadêmica, geralmente repete o mesmo discurso, apenas discordando das causas dos fenômenos e acentuando seus aspectos sociais.

Qual a natureza do curioso consenso nacional sobre a necessidade de "fixar o homem ao campo"?

#### GAUDEMAR E A MOBILIDADE DA FT

Nos últimos 5 anos no Brasil, algumas áreas das ciências sociais e políticas que estudam a questão das migrações e da mobilidade do trabalho têm tomado como referência o trabalho de GAUDEMAR<sup>6</sup>. Referimo-nos sobretudo à sua tese: "Mobilidade do Trabalho e Teoria Econômica - Ensaio de Genealogia de um Conceito", e não aos seus trabalhos mais recentes sobre a nova ordem produtiva e a empresa móvel<sup>7</sup>, estes praticamente desconhecidos dos pesquisadores brasileiros, embora tenham gerado viva polêmica na França<sup>8</sup>.

Em sua tese, GAUDEMAR tenta responder porque "...a força de trabalho dos homens se presta a todas as variações de duração, intensidade, produtividade, que levam ao nascimento da mais-valia tanto sob sua forma absoluta quanto relativa?"<sup>9</sup> O conceito de mobilidade da FT que GAUDEMAR desenvolve a seguir vai muito além da deslocação espacial, inclusive das mudanças de forma e de usos específicos: o conceito tenta apreender as variações da utilização capitalista das disponibilidades físicas e intelectuais dos homens e da docilidade (FOUCAULT) de seus corpos e mentes.

<sup>6</sup> GAUDEMAR, J.P. - Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital. Ed. Estampa, Lisboa, 1977 (trad. da Ed. Maspero, 1976).

<sup>7</sup> GAUDEMAR, J.P. (org.), CORIAT, B., GALLE, R. et alii - Usines et Ouvriers - Figures du nouvel ordre productif. Maspero, Paris, 1980.

<sup>8</sup> Ver p.ex. o nº 15/16 da nouvelle série de Critiques de l'Economie Politique, Maspero, avril-juin 1981, sobretudo o artigo de Pialoux, M. - Force de Travail et structure de classe.

<sup>9</sup> GAUDEMAR, op. cit., pág. 14.

O autor situa politicamente seu propósito teórico e a atualidade do tema e do conceito a partir das modificações que o K impõe à FT e das formas de resistência dos trabalhadores no que concerne à mobilidade e contra-mobilidade da FT. As estratégias governamentais (no ex. da França) consistem em encorajar movimentos migratórios que facilitem polarizações otimizadas da FT para o desenvolvimento do K, controle da imigração, intensificação da mobilidade profissional, intensificação geral do trabalho (industrial e terciário), do uso político e econômico do trabalhador migrante, na extensão do trabalho por turnos, nos processos de desqualificação do trabalho operário e aumento da rotatividade dos postos de trabalho, etc. As contra-estratégias consistem em lutas e movimentos contra o despedimento e o fechamento de empresas, lutas de imigrantes, lutas urbanas, "regresso à terra"; atitudes coletivas contra a mobilidade ou a imobilidade forçadas, etc.

O eixo central do trabalho de GAUDEMAR é o de construir um conceito marxista de mobilidade da FT através de uma releitura de MARX, desenhando os contornos da problemática através de uma base histórica e analítica encontrada dispersa na obra de MARX.

Para reconstituir o conceito marxista de mobilidade da FT, GAUDEMAR submete à análise crítica uma extensa coleção de formulações clássicas e neo-clássicas, mostrando seu aperfeiçoamento sucessivo e suas limitações estruturais.

No modelo dos círculos concêntricos de VON TUNEN (1851), são as culturas que se deslocam segundo os rendimentos por unidade de superfície e os custos de transportes. O trabalho e os trabalhadores são os grandes ausentes do modelo. No modelo das isodapanas e dos triângulos locacionais de WEBER (1909) a localização da FT intervém nos custos de transportes, mas sua localização é fixa. Posteriormente LOSCH (1940) introduz o modelo de divisão espacial do trabalho para a maximização dos lucros, onde a mobilidade do trabalho é um elemento de um mecanismo de conjunto de localizações de fatores de produção, fornece assim uma base espacial do equilíbrio de WALRAS, e a mobilidade do fator trabalho tende a produzir uma igualização espacial das taxas de salário; no entanto LOSCH abstrai o componente histórico da formação dos mercados de FT, não analisa a evolução estrutural da oferta de FT nem o papel da mobilidade para o crescimento da elasticidade da oferta global de FT<sup>10</sup>.

Na segunda parte, sobretudo nos capítulos 5 a 8, GAUDEMAR organiza a releitura de MARX segundo 3 eixos, ou 3 grandes momentos do processo de acumulação: a produção, a utilização e a circulação da FT.

A produção da FT é o momento de aquisição da mobilidade por

<sup>10</sup>Resumo de alguns dos modelos tratados por GAUDEMAR no 2º Capítulo, sessões 3 e 4, da 1ª parte, op. cit..

parte do trabalhador; este se desvincula de outras relações sociais (ex.: a servidão, na Europa, o Escravismo Colonial, no Brasil) ou se dissocia da propriedade de meios de produção (ex.: a terra); o trabalhador passa a dispor livremente de sua FT, mas tem absoluta necessidade de a vender, o que funda a condição de exercício da FT como mercadoria e cria as bases para a constituição do mercado de trabalho.

A utilização da FT é o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do K. "A FT deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Duração, intensidade, produtividade são suas palavras chave."<sup>11</sup> Neste momento a FT livre é enquadrada jurídica e disciplinarmente às necessidades concretas do processo de acumulação do K: às jornadas de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, a uma divisão do trabalho cada vez maior.

A circulação da FT é o momento em que os mecanismos de mercado e a produção da superpopulação relativa produzem a submissão da mobilidade do trabalhador às contingências dos movimentos do capital entre as esferas da atividade econômica, acompanhando seus ciclos de conjuntura, às novas regiões integradas à produção capitalista, etc. É o momento que o crescimento acelerado do K social lhe permite dispensar parte mais ou menos considerável da FT empregada, libertando-se assim de qualquer restrição demográfica.

A análise destes 3 grandes momentos da produção da mobilidade da FT passa pela história do próprio capitalismo, da acumulação primitiva à manufatura, da grande indústria à internacionalização do circuito produtivo. GAUDEMAR procura seguir os passos de MARX da mais-valia absoluta e relativa ao processo conjunto da acumulação do K recolhendo as características e as transformações produzidas na mobilidade da FT.

A sistematização realizada por GAUDEMAR é sem dúvida de grande utilidade para os estudos sobre a formação de mercados de FT. Há no entanto que agregar novos elementos e outros eixos de análise que capacitem o modelo analítico proposto para a apreensão da especificidade das realidades que estudamos.

### PAÍSES DE INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE E A MOBILIDADE DA FT

Há que considerar as características específicas do mercado de FT nestes países (e no Brasil, particularmente) com a existência de uma importante superpopulação relativa de atividades precarizadas.

Esta situação vai geralmente acarretar um uso mais intenso e predatório desta FT e como consequência um tempo de vida menor para o trabalhador<sup>12</sup>.

<sup>11</sup>Op. cit., pág. 194.

<sup>12</sup>Ver também SALAMA, P. - Etat et Précarization de l'emploi dans l'agriculture et l'industrie. IEDES, Paris, 1983 e BAUMFELD, C.M. - Condições de Formação do Mercado de Trabalho. UFRJ, 1982.

O incremento de acidentes de trabalho provenientes deste uso predatório (o Brasil, em 1974, foi recordista mundial de acidentes de trabalho) aliado à inadequação técnica de parte da FT vão provocar ainda uma rotação mais acelerada da FT.

Evidentemente esta análise passa pela instância política e as formas concretas de exercício do poder que implicarão em maior ou menor amparo jurídico-político ao aumento da instabilidade e rotatividade da FT.

A própria dinâmica do setor de atividade precarizada vai implicar numa multiplicidade de ocupações em locais diversos, do terciário inferior à construção civil, de atividades ilegais às safras agrícolas, com intensidade de mobilidade temporal, ocupacional e espacial superiores às intensidades verificadas num mesmo espaço de tempo nos países desenvolvidos.

Nestes países de industrialização recente, como o Brasil, as condições da força política do movimento sindical e da força das práticas democráticas no campo dos direitos civis são menos desenvolvidas que nos países industrializados, em geral. Isto implica num descompromisso do poder público com uma série de atividades básicas essenciais, que assim passam a ser realizadas como sobretabalho pela população trabalhadora.

Escrevemos recentemente um artigo sobre este tema, intitulado ironicamente "O homem dos sete instrumentos"<sup>13</sup>, no qual se descreve as múltiplas jornadas de trabalho que o trabalhador é forçado a realizar. Primeiro, trabalha 3 horas numa fábrica a ritmos alucinantes e com salário insuficiente para a reprodução das condições de vida de sua família. Depois, tem de cumprir 2, 3 até 4 horas extras para completar o salário. Ainda assim, o trabalhador é obrigado a realizar alguns serviços e biscates, à noite, ou em feriados, reparar um carro ou trabalhar numa pequena obra de ampliação de residência particular, para fazer face às necessidades imprevistas da família (saúde precária, dívidas acumuladas, etc.). Sua instabilidade de trabalho e os aumentos constantes dos preços dos alimentos fazem com que este conjunto de ocupações se revele insuficiente para garantir a nutrição da família. Surgem então os programas de auxílio governamental, com apoio de bancos oficiais, do tipo "faça uma horta em sua casa", com distribuição de sementes de verduras e legumes. Então este trabalhador e sua família dedicam mais algumas horas para a produção da sua sobrevivência não assegurada pelo conjunto de trabalhos e ocupações precárias.

Persiste, no entanto, o problema habitacional, pois a irregularidade da ocupação torna esta família inadimplente face aos programas oficiais de aquisição à longo prazo da casa própria. Então aparece a nova solução, partilhada geralmente pelas oposições e pela esquerda: a auto-construção, como por exemplo na proposta do PROFILURB (Projeto de Finan-

<sup>13</sup> BAUMFELD, C.M. - O Homem dos Sete Instrumentos. 5º Encontro Nacional de Geógrafos. A.G.B. - Porto Alegre, 1932.

ciamento do Lote Urbanizado). Mais uma "jornada de trabalho".

Mas há outros problemas: este trabalhador vive numa município cidade pobre, esvaziada de recursos financeiros devido à extrema concentração originada pela forma de arrecadação tributária (atualmente o bôlo tributário é repartido nas seguintes proporções: municípios 2% do total; estado da federação 5,5% e governo central 92,5%). Assim, este município não tem recursos para asfaltar uma rua, reparar os defeitos da rede de águas, limpar as ruas, etc. Aí entra o apelo do trabalho comunitário: o "mutirão", com toda uma ideologia participativa. Então o nosso personagem, o super-proletário, "o homem dos sete instrumentos", que já trabalhou a jornada normal, cumpriu horas extras, fez biscates, plantou seus alimentos, construiu sua casa, vai infraestruturar sua cidade, porque os recursos do governo federal foram, por exemplo para o Programa Nuclear. Que robot japonês teria esta versatilidade, pagando os próprios custos da sua manutenção? Que país desenvolvido conhece tal "carnaval de mobili dade"?

Partindo destas considerações sobre o uso mais intensivo e predatório da FT nos países recentemente industrializados e de relações de força adversa, ao nível das políticas públicas, que implicam numa multiplicidade de encargos que recaem sobre os próprios trabalhadores e originam novas deslocamentos, novas tarefas produtivas e maior intensidade de extração global de sobretrabalho, podemos questionar a validade de uma das afirmações de GAUDEMAR: "A mobilidade da FT surge como uma condição necessária mas não suficiente da gênese do capitalismo e como índice do seu desenvolvimento. Assim, é nos países mais desenvolvidos que se observa a maior mobilidade"<sup>14</sup>.

A nosso ver, esta afirmação não tem base empírica e parte de uma idéia ligeiramente evolucionista, que guarda alguma semelhança com o raciocínio do ROSTOW das etapas do desenvolvimento. Este raciocínio de GAUDEMAR tem sentido apenas no que corresponde à mobilidade originada da sujeição técnica, dos aperfeiçoamentos e treinamentos exigidos, dos controles automáticos, etc., que sem dúvida é mais intensa nos países industrializados. Mas se tomamos o conceito de mobilidade como um todo, implicando em deslocamentos, despedimentos e recontrações, multiplicidade de ocupações e tarefas, formas, locais e horários diferenciados para os distintos trabalhos, esta tese de GAUDEMAR se torna insustentável. Ainda mais se passamos ao terreno da esfera da produção agrícola, como abordaremos logo a seguir.

#### A MOBILIDADE NA ESFERA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A esfera da produção agrícola tem suas especificidades e leis próprias, o que trará consequências muito importantes ao nível da mobilidade da FT. Este aspecto não foi tratado por GAUDEMAR, dado o nível

<sup>14</sup> GAUDEMAR, op. cit., pág. 192. Sublinhado meu - CMB.



de abstração e a dimensão temporal em que ele trabalha e também pelo próprio método de tratar a mobilidade da FT ligada a uma relação de produção e não descer às esferas particulares da produção.

Uma das especificidades da esfera da produção agrícola é a existência da renda da terra (esta aliás é a única especificidade desta esfera da produção tratada por MARKS, em O CAPITAL). As variações na renda da terra e por consequência no preço da terra terão uma influência bastante incisiva sobre a mobilidade do trabalho na agricultura, de várias formas. No caso brasileiro, por exemplo, o aumento dos preços da terra foi um dos fatores que tornou anti-econômica a esterilização de parte da renda da terra em lotes (ainda que de 2 a 3 ha) que serviam de complemento de subsistência e de elemento para a fixação do trabalhador nas grandes explorações agrícolas e para viabilizar um salário monetário bastante baixo.

A elevação vertiginosa dos preços das terras tornou mais interessante o pagamento de um salário maior em dinheiro, apenas durante os poucos meses de trabalho, do que alijar das culturas comerciais a área correspondente a estes lotes, que correspondiam a uma área total significativa nas explorações com um grande número de colonos, moradores e de trabalhadores residentes. Esta transformação nos sistemas de contratação teve papel decisivo na aceleração da mobilidade da FT agrícola.

Outra implicação do aumento do preço da terra (e da renda da terra) na mobilidade da FT agrícola diz respeito à inviabilização da renovação de contratos de pequeno arrendamento e da pequena parceria. O pequeno camponês semi-dependente perde a possibilidade de seguir explorando terras valorizadas e tenta reinstalar-se ou reconstituir uma unidade familiar de produção em áreas de fronteira, mais distantes. Parte deste campesinato precarizado, sem condições de empreender esta longa migração (por vezes milhares de kms) junta-se aos contingentes de futuros trabalhadores diaristas: "volantes" e "bóias-frias". Tanto numa hipótese como na outra há consequências diretas na mobilidade da FT.

Há ainda um terceiro tipo de implicação: um grande aumento do preço das terras mais próximas aos grandes centros de consumo induzem à estratégias das empresas agrícolas de maximizarem o rendimento físico por unidade de superfície (ou seja, a produtividade por ha), o que se traduz numa utilização muito mais intensiva de meios químicos e mecânicos, e por vezes de meios biológicos, com consequências diretas no aumento da sazonalidade de emprego da FT.

Isto se verifica porque a utilização destes processos não se distribui uniformemente segundo as diversas culturas e as diversas fases do processo produtivo<sup>15</sup>, e a consequência é uma grande economia de FT em certas culturas agrícolas e em certas fases do calendário agrícola, com acentuada variabilidade do contingente de FT utilizada.

<sup>15</sup> BAUMFELD, C.M. - Mutations Agraires et Mobilité de la Force de Travail: le cas brésilien. In Critiques de l'Economie Politique, nº 24, Maspero. Paris, octobre-décembre 1983.

Há mais duas implicações: a substituição de culturas, e as consequências da valorização de terras para sua utilização especulativa, com aumento dos processos expulsivos de colonos, arrendatários, meeiros, posseiros, etc.

Além da especificidade da mobilidade da FT agrícola decorrente da renda da terra, verificamos também as particularidades decorrentes das diferenças entre o tempo de trabalho e o tempo de produção que caracterizam este setor.

O tempo de produção compreende tempos de trabalho e tempos de não-trabalho. Enquanto na indústria o taylorismo e o fordismo permitem reduzir sensivelmente os tempos de não-trabalho, o panorama na agricultura é bem distinto. Enquanto o tempo de produção pode começar com o desmate de uma floresta ou a preparação e adubação da terra, os processos biológicos exigem tempos de "maturação"<sup>16</sup> animais e vegetais que apesar dos avanços da engenharia genética e biológica, contém ainda um grau bastante significativo de inelasticidade. Este tempo de maturação faz, portanto, parte obrigatória dos processos de produção, ainda que impliquem parcialmente em tempos de não-trabalho.

A existência de durações significativas dos tempos de não-trabalho, faz aumentar a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho na agricultura, criando uma base objetiva para formas diversificadas de mobilidade da FT agrícola: emprego sazonal, trabalho de empreitada, combinação do trabalho precário do camponês com o assalariamento ocasional, alternância do trabalho assalariado agrícola com o assalariamento em obras de represas, pontes e estradas, com o trabalho de garimpeiro (prospecção de mineral de aluvião individual e precária) e com o assalariamento urbano.

O incremento da mobilidade da FT agrícola é também de certa forma resultante da combinação das especificidades da esfera da produção agrícola com as dos países recentemente industrializados. Neste caso, a modernização das relações técnicas e a monetarização produzem uma elevação dos custos, ao contrário do que se passa na indústria<sup>17</sup> - isto acontece devido à desagregação de zonas de economia de subsistência que garantiam uma reprodução barata (do ponto de vista monetário) da FT e simultaneamente uma produção comercial de alimentos a baixos custos. Os aumentos imediatos no custo dos alimentos e da FT (e dos preços da terra, conforme já analisamos) vão ter como consequência uma utilização "racionada" e criteriosa da FT, o que implica em aumento da intensidade e duração da jornada de trabalho incidindo exclusivamente sobre culturas comerciais e a diminuição brutal do número de dias de contratação desta FT. Estes mecanismos de salariedade temporário e de trabalho de empreitada existiram

<sup>16</sup> KAGEYAMA, A. - O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente. In: Boletim Reforma Agrária, v. 12, nº 05, set/out. 1982, Campinas.

<sup>17</sup> Esta tese é correta num horizonte temporal de curto e médio prazo. A longo prazo a produção capitalista de escala pode (em vários casos, pelo menos) reduzir os custos unitários.

e existem nos países capitalistas desenvolvidos, como a colheita de frutas na Califórnia feita pelos migrantes mexicanos, ou a colheita de beterraba na França, executada em parte por portugueses e espanhóis sob sistema de trabalho temporário. "Mais ils n'ont pas acquis la densité et la violence que leur ont imprimé la précipitation et la brutalité de la pénétration des rapports marchands dans l'agriculture, dans les pays sous-développés. C'est pourquoi ils deviennent propre au sous développement et le caractérisent"<sup>18</sup>.

#### MOBILIDADE E A URBANIZAÇÃO DA FT AGRÍCOLA

O terceiro eixo de abordagem deve ser agregado ao corpo conceitual proposto por GAUDEMAR diz respeito justamente às características específicas que os processos diferenciados de urbanização e de "rurbanização" imprimem à mobilidade da FT.

GAUDEMAR naturalmente aborda esta questão, mas de um ponto de vista mais estrito: do êxodo rural promovendo uma mobilidade da FT, o que coincide com sua urbanização e transferência setorial, produzida pelo duplo efeito "... da atração da indústria manufatureira e da introdução do capitalismo na agricultura"<sup>19</sup>. Este trecho vem em seguida, apoiado pelo mecanismo geral descrito por MARX de transformação dos campos de cultura em pastagens e do direcionamento do fluxo de trabalhadores para a nascente indústria urbana (têxtil, sobretudo).

Mais adiante, GAUDEMAR retoma este tema quando analisa criticamente a contribuição de LENIN para o estudo das migrações operárias<sup>20</sup>, principalmente na repartição territorial da grande indústria, distinguindo 3 tipos de centros fabris: as grandes cidades, as povoações industriais e as povoações de "kustari" (de artesãos).

Aqui o autor trabalha com o processo especializado de constituição da FT "pelo êxodo rural para os centros industriais, ou pela transformação dos camponeses em operários agrícolas, e da constituição de outras classes que completam a configuração capitalista"<sup>21</sup>. Mas suas críticas à LENIN se restringem à conotação weberiana da análise leninista de localização industrial por minimização de custos salariais e à sua consideração sobre o caráter progressista das migrações (opondo-se à visão local-comunitária-anti-capitalista dos populistas).

Os problemas teóricos que nos defrontamos e que se relacionam diretamente as formas precárias de urbanização, espontâneas ou planejadas, com a mobilidade da FT, não encontram respostas satisfatórias ao nível de aprofundamento que GAUDEMAR enfoca este aspecto.

<sup>18</sup> SALAMA, P. e MATIAS, G. - L'Etat sur-développé. Maspero, Paris, 1983.

<sup>19</sup> GAUDEMAR, op. cit., pág. 313.

<sup>20</sup> Op. cit., cap. 10, principalmente pág. 372 a 383.

<sup>21</sup> Op. cit., pág. 374, citando LENIN - Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, ed. Sociales, pág. 180.

A urbanização precarizada funciona no Brasil como base de estruturação de um mercado de FT agrícola fundado essencialmente no trabalho temporário e de empreitada e supõe uma cadeia de intermediários para a contratação, transporte e controle desta FT. As bases desta situação são as seguintes:

a] As dificuldades crescentes da população se apropriar do espaço de trabalho (a terra agricultável).

b] As modalidades de funcionamento das Unidades Familiares de Produção (UFP) de tipo Residual ou Complementar que implicam na venda intermitente de FT pelos membros destas Unidades.

c] A transformação nas relações sociais de trabalho que implicam na substituição do trabalhador residente e do trabalhador permanente por formas de trabalho temporário e trabalho de empreitada.

d] As mudanças permanentes nos locais de trabalho, na modalidade do trabalho e na duração deste trabalho para os trabalhadores agrícolas "volantes".

e] Os povoados funcionam como pontos estruturadores da circulação da FT agrícola "volante".

f] Teríamos uma situação teórica que se afastaria do modelo de CHRISTALLER para a distribuição espacial das localidades: neste caso o raio dos deslocamentos desta população para compras e para o acesso a bens e serviços é limitada pelo seu baixo poder aquisitivo e pela própria instabilidade de emprego, mas no entanto a amplitude dos deslocamentos para a procura de trabalho é muito ampla, passando justamente por estes "pontos" estruturadores da circulação da FT - os povoados<sup>22</sup>.

As relações entre as formas precarizadas de urbanização e as modalidades de mobilidade da FT passariam pela própria dissociação espacial dos integrantes da UFP: a agricultura de subsistência da família (ou base territorial), o local (os locais) de trabalho dos membros da UFP que se assalariam, os locais destes últimos dormirem e reporem as energias (povoados provisórios ou acampamentos das hidroelétricas ou agropecuárias) e os locais para onde estes se deslocam em busca de trabalho (povoados que são "pontos-de-gateiro")<sup>23</sup>.

Estas modalidades de circulação da FT implica numa multiplicidade de formas de ocupação do espaço tanto entre os diversos membros da família como nos pontos de referência espaciais simultâneos para o mesmo indivíduo.

Uma parte da população recenseada como urbana tem sua ocupação principal (mas não exclusiva) em atividades agrícolas diversas. A transitoriedade residencial acelerada e a fluidez da ocupação do espaço

<sup>22</sup> MACHADO, L. Osório - Urbanização e Política de Integração no Norte de Goiás. Tese de Mestrado, UFRJ, Deptº de Geografia, novembro de 1979, Rio de Janeiro.

<sup>23</sup> "pontos-de-gateiro" - locais de passagem dos recrutadores de FT (ou gateiros). Sobre a multiplicidade de "residências", ver também SAWYER, D. R. - Mobilidade Espacial da População e Estrutura Produtiva na Amazônia Brasileira: Nota de Pesquisa. CEDEPLAR, U.F. de Minas Gerais, 1980.

caracterizam a forma dominante de "gestão" (ou manipulação) da FT livre e "mobilizada", onde os pequenos núcleos urbanos espontâneos ou planejados são os elos básicos da articulação desta mobilidade.

### MOBILIDADE DO TRABALHO NAS REGIÕES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS

O processo de circulação da FT agrícola apresenta ainda particularidades concernentes às áreas capitalistas consolidadas e às áreas de fronteira agrícola. Enquanto nestas últimas não há uma tradição antiga de hegemonia de forma - salário e há proximidade de terras, que se já não são mais "livres", pelo menos são em parte desocupadas, nas áreas onde o desenvolvimento capitalista da agricultura se processou em profundidade, já existe um mercado regional e local de FT organizado e adestrado pelo e para o trabalho assalariado, e o nível de ocupação econômica e jurídica das terras é praticamente pleno.

Assim, enquanto nas áreas de fronteira, se processam deslocamentos de centenas de kms da FT e se seguem períodos onde vigoram mecanismos de fixação e de semi-imobilização da FT, nas regiões agrícolas capitalistas mais desenvolvidas e mecanizadas o sistema é distinto.

Devemos ainda distinguir entre o trabalho temporário dos membros das UFP residuais e complementares e o trabalho volante, em que o trabalhador é totalmente destituído de qualquer meio de produção e de acesso à terra. A população dos volantes é característica das regiões agrícolas consolidadas e desenvolvidas e parcialmente em regiões de fronteira num segundo período, onde a frente latifundiária - pecuarista, ou agropecuária-florestal ocupa o espaço produzindo novos desenraizamentos.

Pesquisa de campo realizada no início da década de 70 na região de Votuporanga, S. José do Rio Preto, São Paulo, mostrava como o desemprego sazonal, a troca de ocupações constante e até a mendicância caracterizavam o agrupamento de volantes:

"... a maioria da população volante ... tem trabalho assegurado apenas por ocasião da colheita do café, algodão e açúcar ... na entressafra são poucos os volantes que conseguem exercer atividade no campo; isto os obriga a tentar trabalho em serviços diversos nas zonas urbanas: vendedores ambulantes, jardineiros, faxineiros, serventes e outros não qualificados ... muitas vezes, na impossibilidade de exercício de tais atividades, é comum encontrá-los perambulando nas cidades como pedintes ..." <sup>24</sup>.

Dentro do trabalho volante, podemos ainda distinguir a forma itinerante da forma urbana. A primeira se caracteriza por movimentos continuados, onde o trabalhador se aloja sucessivamente nas fazendas, sem ter retaguarda rurbana ou peri-urbana. A modalidade rurbana implica na residência urbana do volante, que mantém como referência um ponto fixo do qual parte para jornadas diárias, ou pluridiárias de trabalho <sup>25</sup>. Cada uma

<sup>24</sup> SANTOS, H.J. - Os birosos de Votuporanga. Estudo sociológico da mão-de-obra volante. FMCEA, Osasco, São Paulo, 1972.

<sup>25</sup> GONZALEZ e BASTOS - O trabalho volante na Agricultura Brasileira, pág. 35-37. In: SINGER, P. (organiz.). Capital e Trabalho no Campo. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1979.

destas formas implica em processos de recrutamento e de intermediação diferentes na estruturação de mercado de FT.

Uma outra variedade é o trabalho volante organizado a partir de "turmas fixas" ou turmas-firmes. Esta forma se caracteriza pelo grupo de trabalhadores volantes trabalhar praticamente o ano todo, em diversas fazendas (sucessivamente), trabalhando sob contrato com o mesmo empregador de FT (no caso o "turmeiro"). Esta forma foi constatada sobretudo em São Paulo e Minas Gerais, a partir de meados da década de 70 por GRAZIANO DA SILVA e FREITAS<sup>26</sup> na Baixa Sorocabana (S. Paulo) e por ALLIER na região de Jaguariúna (S. Paulo)<sup>27</sup>.

Esta modalidade (turmas fixas) corresponde à reconstituição da continuidade do trabalho, aumentando a eficiência e a disciplina, diminuindo tempos de seleção e recrutamento. Estas turmas fixas poderiam apresentar a desvantagem de ter uma certa rigidez em relação à demanda de FT de cada empreitada. No entanto o acesso a familiares menores dos trabalhadores da turma aumenta a elasticidade, mantendo as vantagens do sistema: "... por ocasião da safra, quando a demanda de mão-de-obra aumenta, as turmas fixas são ampliadas de duas maneiras: primeiro pela incorporação dos filhos menores e outros familiares ocupados em serviços urbanos de baixa remuneração. Costuma dizer-se que nesta época do ano o caminhão vai lotado, chegando a se retirar os bancos de trás para caber mais gente. Segundo, pelo aparecimento do sub-empregador na própria região, ou de pequenos empregadores das regiões vizinhas onde a existência de FT seja menor no momento ..."<sup>28</sup>.

Este mecanismo cria dentro da categoria volante uma turma fixa, permanente e uma turma de reserva, complementar. Segundo pesquisas de diversas regiões, a proporção de volantes "permanentes" dentro do contingente de volantes, varia entre 35% e 60%<sup>29</sup>.

Turmas fixas permanentes e complementares, volantes sem turma contratados esporadicamente por sub-empregadores de FT e parte dos membros das UFP residuais e complementares acompanham através de migrações de tipo circular o calendário agrícola. Em São Paulo, o itinerário é o seguinte: janeiro e fevereiro há plantio da cana e do feijão e colheita da mamona e de amendoim; março e abril é o plantio do trigo e a colheita de algodão e de arroz; de maio a agosto é o plantio da batata e da mandioca e colheita de soja e do café; de setembro a dezembro é o plantio do café, algodão e mamona e colheita da cana, laranja e batata. Em face de uma certa especialização microrregional, parte considerável desta FT volante cumpre este itinerário.

<sup>26</sup> GRAZIANO DA SILVA e FREITAS, G.P. - Os volantes na zona do Avaré e Cerqueira César. In: Anais da II Reunião Nacional de Mão de Obra volante na Agricultura. Botucatu, mimeo, 1976.

<sup>27</sup> ALLIER, M. Verena - As mulheres no caminhão de turma. In: Capital e Trabalho no Campo, org. SINGER, Paul - ed. HUCITEC, 2ª ed., Coleção Estudos Brasileiros nº 7, São Paulo, 1979, p. 69-100.

<sup>28</sup> GRAZIANO DA SILVA e FREITAS - op. cit.

<sup>29</sup> Ver p. ex. para Presidente Prudente: INCAO, M. Conceição - O Bóia Fria - acumulação e miséria. Ed. Vozes, Petrópolis, 7ª ed., 1979, II parte, pág. 85-126. Ver p. ex. Retrospectiva de várias pesquisas: GRAZIANO DA SILVA - O "bóia fria": entre aspas e com os pingos nos is. In: Mão de Obra Volante na Agricultura, Parte II - seção 1 - as turmas fixas.

O volante e mesmo o trabalhador temporário ao acompanhar a marcha das safras transpõe muitas vezes os limites de seu Estado. Em Santo Anastácio (S. Paulo) após a colheita do algodão, estes trabalhadores em grande parte deslocam-se para Goiás, onde participam da colheita do arroz. Outras vezes empreiteiros de turmas-fixas trazem à São Paulo trabalhadores de outros Estados: na Alta Araraquarense e em Brotas (S. Paulo) é comum os caminhões irem até Vitória da Conquista (Bahia) recrutar trabalhadores para o corte da cana de açúcar (cerca de 800 km de percurso). Finda a safra a maior parte destes trabalhadores retornam às suas UFP residuais e complementares na Bahia, ou ainda se empregam temporariamente em construção de barragens e de estradas<sup>30</sup>.

No caso do emprego temporário dos volantes em indústrias regionais, este se dá nos trabalhos braçais e pior remunerados, com jornadas de trabalho intensas e geralmente mais longas. A pesquisa de SANTOS<sup>31</sup> em Votuporanga mostrou que o emprego destes volantes em indústrias grandes era sobretudo em tarefas complementares e nas indústrias médias o dominante era sua ocupação braçal em tarefas de ensacamento e carregamento.

Várias outras pesquisas estudam o fenômeno do trabalho volante no Nordeste. SUAREZ<sup>32</sup> pesquisando o município de Ribeirão, em Pernambuco, na Zona da Mata, a partir do processo de desterritorialização massiva dos moradores de engenho, detecta 3 movimentos: mobilidade inter-explorações com manutenção da atividade, migração sazonal sertão-agreste para a Zona da Mata (decaindo ultimamente em importância), e emigração com destino urbano (sendo que as próprias capitais nordestinas, sobretudo Recife, Fortaleza e Salvador tem sido um destino importante desta categoria de migrantes, ainda que Rio e São Paulo continuem como um ponto de atração).

Analisando de outro ângulo a evolução do mercado de FT na exploração açucareira da Zona da Mata, SIGAUD<sup>33</sup> mostra que este processo de desterritorialização dos moradores criou uma segmentação no contingente de FT: os trabalhadores residentes, mais qualificados, cobertos pelas garantias do ETR e os trabalhadores temporários, "os clandestinos" como são chamados, morando nas "pontas de rua" das pequenas cidades da região, que não é registrado, ou "fichado", não tendo qualquer garantia da legislação trabalhista.

Os trabalhadores residentes ou "povo da fazenda" são chamados a cumprir uma série de tarefas extras e complementares, intensificando sua jornada de trabalho, o que geralmente cumprem para manter sua situação de "fichados", com direitos. Os trabalhadores "clandestinos" ou o "povo de fora" podem ser recrutados diretamente pelas fazendas ou através de empreiteiros de FT. Os "clandestinos" contratados através de emprei-

<sup>30</sup> ROSSINI, Esther - Estado de São Paulo - A intensidade das migrações e do êxodo rural-urbano. Revista Ciência e Cultura, SBPC, julho de 1977.

<sup>31</sup> SANTOS, R.J. - op. cit.

<sup>32</sup> SUAREZ, M. Teresa Sales - Cassacos e corumbas. Ed. Ática, São Paulo, 1977.

<sup>33</sup> SIGAUD, Lígia - Os Clandestinos e os direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. Ed. Duas Cidades, São Paulo, 1979. Ver também: SIGAUD, L. - O Sindicato e a estratégia do capital. In: A mão-de-obra volante na Agricultura, op. cit. pág. 224-253.

teiros são geralmente pagos à tarefa, o que permite, de outra forma, intensificar e estender a sua jornada de trabalho. Enquanto o trabalhador residente "fichado" está preso às solicitações permanentes e imposições do "cativeiro no engenho", o trabalhador "clandestino", "liberto" desta condição perde os "direitos" e se submete às normas do empreiteiro de FT.

Uma terceira abordagem sobre a mobilidade da FT no nordeste é tratada na tese de BARBOSA sobre a cultura fumageira em Alagoas e sua vinculação com firmas de beneficiamento de fumo. Estudando a área de Arapiraca, dominada pela cultura do fumo, altamente absorvedora de FT, a autora analisa as transformações ocorridas na mobilidade espacial e setorial da FT consequentes da integração da fumicultura de Arapiraca no mercado fumageiro internacional e da instalação de firmas de beneficiamento de fumo na própria zona, que antes se localizavam em Salvador<sup>34</sup>.

O levantamento da vida ocupacional durante 24 meses de 580 trabalhadores permitiu elaborar matrizes e gráficos reveladores do fluxo de entrada e saída de atividades diversas da FT, que demonstraram a circulação permanente da FT sucessivamente do campo (agricultura fumageira) à cidade (salões urbanos de destalação de fumo e firmas de beneficiamento).

O trabalhador temporário contratado na área urbana por períodos de 6 meses em geral, pela indústria do fumo, são chamados de "operários safristas" (trabalham de agosto/setembro à fevereiro/março). A principal demanda de FT rural na cultura fumageira é de fevereiro/março a agosto/setembro, o que permite que os trabalhadores temporários empregados nas duas atividades sejam, no fundamental, os mesmos.

Esta circulação foi plenamente comprovada, sendo que para a maior parte da FT envolvida neste fluxo permanente foram detectadas 4 etapas: 1] das atividades rurais para as atividades urbanas, geralmente salões de destalação; 2] destas para outras atividades urbanas, geralmente firmas de beneficiamento de fumo; 3] das atividades assalariadas urbanas para fora do mercado de trabalho, geralmente atividades do lar, para mulheres, inclusive costura e lavagem de roupa, e biscates e terciário informal para os homens; 4] de fora do mercado de trabalho para as atividades rurais, reiniciando o ciclo.

Neste caso a FT acompanha as diversas fases do processo de um produto, correspondente a sucessivas mudanças de ocupação e de local de trabalho, que simultaneamente implicam em movimentos campo-cidade-campo, e em movimentos agricultura-artesanato-indústria-terciário inferior-agricultura.

<sup>34</sup> BARBOSA, Silvete - Cultura Fumageira e Mobilidade da FT em Arapiraca - Alagoas. Tese de Mestrado-UFRJ, Instituto de Geociências. Fotocopiado, novembro de 1982, Rio de Janeiro.



MOBILIDADE E IMOBILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA - O CASO DE RONDÔNIA

As regiões de fronteira se diferenciam das regiões agrícolas de desenvolvimento capitalista consolidado devido à abundância de terras inexploradas e à inexistência de um mercado de trabalho formalmente constituído. Estas características implicam em que nestas áreas, a organização do mercado de trabalho agrícola utilizará formas de fixação e de repressão à força de trabalho, ainda que estas se combinem com outras formas de mobilidade da força de trabalho, como veremos a seguir.

O conjunto das fronteiras tampouco é homogêneo, e segundo a natureza dos agentes econômicos determinantes em sua ocupação, sua escala de atuação e seu poder político, segundo a origem geográfica e social dos imigrantes, teremos características e mecanismos diferenciados de formação do mercado de trabalho.

Nosso trabalho de campo em Rondônia detectou que a base principal do mercado de trabalho se desenvolve no interior do circuito diferenciado das Unidades Familiares de Produção, sob a forma de trabalho temporário, e principalmente sob a forma de trabalho agregado.

A relação camponesa de "agregação" é o que possibilita a viabilização de parte das Unidades Familiares Mercantis através da implantação de culturas perenes, sobretudo café e cacau. Esta relação é a base que permite a manutenção dos novos migrantes chegados à Rondônia, que aguardam seu lote nos Projetos de Colonização do INCRA, representando uma alternativa à sua completa proletarização, e uma possibilidade de acumularem alguns meios de subsistência e de investimento para a abertura e instalação no futuro lote.

As fazendas pecuaristas e as empresas agrícolas cacauicultores e seringalistas encontram sérios problemas na continuidade de seu provisionamento em força de trabalho, devido à expectativa de acesso à propriedade da terra por parte dos novos migrantes, e a alternativa do "mercado camponês de trabalho", que por meio de relações de parentesco e de vizinhança na origem, constitui a porta de entrada dos migrantes<sup>35</sup>.

Estas fazendas e empresas usam agentes para recrutar trabalhadores entre as famílias que chegam diariamente em caminhões na BR-364. Estes agentes percorrem também as pensões de solteiros em Ji-Paraná e Ariquemes, com propostas de trabalho para os hóspedes endividados.

Em vista da insuficiente quantidade de trabalhadores "livres" e dispostos a se assalariarem de forma permanente, e da irregularidade e instabilidade do mercado de trabalho (que se esvazia a cada abertura de um novo garimpo, ou ao anúncio de um novo projeto do INCRA), muitas fazendas e empresas recorrem à importação direta de trabalhadores de outros Estados e sua posterior imobilização-relativa no interior de suas propriedades.

<sup>35</sup> Uma visão mais detalhada deste processo, e da análise que se segue, encontra-se em nossa tese de Doutorado: "Mobilité e Immobilisation: la formation du Travail dans l'agriculture Brésilienne", Paris I, fevereiro de 1984.

Entre as empresas cacauicultoras, verificamos que a Frey Florestal recruta trabalhadores diretamente da região de Ilhéus e de Itabuna, que chegam a Rondônia de forma ilegal. Entre as empresas seringa-listas, o recrutamento interestadual de trabalhadores se faz sobretudo nos Estados do Ceará e Piauí, como constatamos no Seringal do Jotão (pre-feito de Ji-Paraná) e no Seringal 70.

As fazendas pecuaristas do sul de Rondônia, na Gleba Columbiara, recrutam trabalhadores em Minas Gerais e Mato Grosso, e ultimamente chegaram a utilizar o expediente de corromper dirigentes de prisões para que os presos cumpram parte da sentença trabalhando em suas terras. Em presários e pecuaristas têm solicitado ao INCRA uma contenção da Colonização Oficial, ritmos mais lentos de entrega dos lotes, diminuição do tamanho dos lotes nos novos projetos, maior seletividade na atribuição de créditos e maior complementariedade entre a colonização oficial e os projetos empresariais.

A expansão da Colonização Oficial baseada na imigração do Sul e Sudeste representa um bloqueio parcial à constituição de um numeroso proletariado agrícola em Rondônia, apesar do impressionante fluxo migratório dirigido para este Estado nos últimos 10 anos. O capitalismo floresce nas novas cidades da BR-364 e nos circuitos da economia camponesa e da economia empresarial, a partir do debacle do poder político e territorial dos antigos seringalistas, fundados em relações de aviamento, que bloqueavam a expansão do mercado capitalista regional. Mas as formas particulares que este desenvolvimento capitalista assume, na esfera agrícola, impõe sistemas de recrutamento de trabalho à grandes distâncias e formas extra-econômicas de coerção e fixação dos trabalhadores.

#### MOBILIDADE E IMOBILIZAÇÃO: PRECARIZAÇÃO E VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

A Amazônia Oriental, na faixa compreendida pelo oeste e sudoeste do Maranhão, leste e sudeste do Pará e norte de Goiás, é uma zona caracterizada por uma importante expansão da frente camponesa originada no Nordeste e secundariamente proveniente do Leste e Centro-Oeste do país.

A partir do asfaltamento da Belém-Brasília e da abertura da Transamazônica, da reversão da política de estímulo à pequena produção e dos vultuosos incentivos fiscais oferecidos às grandes empresas, a frente espontânea camponesa sofre a investida da frente pecuarista-empresarial, que através da violência e do poder econômico cria as bases para a instituição do mercado de terras e do mercado de trabalho em toda esta área.

A grilagem em larga escala utiliza a violência direta, invasão de terras com expulsão, queima de colheitas, ameaças e assassinato de camponeses. Algumas vezes a força não é utilizada para a expulsão, mas para instituir a cobrança de rendas, em produto (arroz) ou em trabalho (formação de pastos). Estes processos, com frequência desembocam na posterior expulsão, configurando exemplos de combinação da exploração do trabalho e expropriação das terras.

A violência sofrida pelas Unidades Camponesas se reflete na sua instabilidade, precariedade, afeta as condições de saúde de seus membros e desarticula sua base econômica, induzindo ao assalariamento intermitente. Este por sua vez, implica na diminuição da área plantada e das horas de trabalho efetuadas na Unidade Familiar, cronificando o déficit e subsistências e os processos de assalariamento.

As consequências da disrupção das unidades camponesas não se restringem ao assalariamento de seus membros e à sua dissociação espacial (a exploração familiar se transforma em base territorial, o barraco periférico urbano em locus de busca de trabalho e reposição de energia, e os espaços de trabalho externo são as fazendas, minas, hidroelétricas, etc.). As formas de resistência à proletarização e à expropriação se dobram em diversas estratégias, como a ocupação de terras, a imigração, o trabalho independente nos garimpos, luta pela expansão da colonização oficial e pela regularização fundiária das posses.

As grandes empresas agropecuárias têm necessidade de importantes contingentes de FT no período de instalação, derrubada da floresta e implantação de pastos. Esta demanda de trabalho não é satisfeita exclusivamente pelo circuito das unidades camponesas a nível local e regional, que é irregular e instável. Elas organizam um circuito interregional de seleção, recrutamento, transporte, alocação e controle da FT, principalmente à partir dos Estados do Nordeste.

Este sistema de intermediação difere substancialmente do que existe em Rondônia pela maior frequência e intensidade de ativação do circuito, pela maior importância da escala de contratação, pela maior extensão e complexidade da cadeia de intermediação no recrutamento, e pela mais aberta cumplicidade do poder público regional.

A repressão da mobilidade e da liberdade do trabalhador através da atual "peonagem amazônica" não é semelhante aos sistemas de colonato do café no Sudeste, ou ao sistema de morador-de-engenho no Nordeste, que caracterizaram a transição para o trabalho-livre no Brasil, e nem ao sistema de aviamento predominante nos antigos seringais. A peonagem amazônica não implica no sistema de lotes, nem no paternalismo patriarcalista, nem no trabalho individual e não dirigido na floresta, que caracterizavam respectivamente os 3 sistemas que mencionamos acima.

A atual peonagem amazônica fundamenta-se num sistema de recrutamento complexo, num sistema de trabalho organizado por equipes, sob comando centralizado e num sistema de repressão à mobilidade baseado na força armada e com vigência temporal limitada. Este sistema não é organizado em base ao trabalho familiar e implica em circulação dos trabalhadores por diferentes fases do processo de trabalho, com alteração na natureza e no ritmo de trabalho.

No caso da moderna peonagem, verificamos que a mobilidade espacial interregional se articula com um sistema de imobilização da força de trabalho por determinado período (3 a 6 meses) e se articula igualmente com um uso capitalista intensivo da FT, trabalho em equipe e circu-

lação nas funções produtivas (plantio de mudas, combate às formigas, implantação de pastos, construção de cercas, etc.).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade da força de trabalho agrícola é um dos mecanismos fundamentais de estruturação do mercado agrícola e **rurbano**. Esta mobilidade apresenta, no entanto, uma grande diversidade regional: os volantes sem-terra de São Paulo, recrutados em turmas-fixas; os camponeses-volantes do Pará, membros de Unidades Familiares Complementares; os diaristas e agregados de Rondônia, que trabalham no "mercado camponês de trabalho" e no circuito das empresas; os trabalhadores do tabaco, de Alagoas, que seguem todas as fases do processo produtivo, com uma mudança circular de lugar e de natureza do trabalho; as formas de mobilidade espacial de grande distância combinadas com sistemas de peonagem.

A natureza e a diversidade destas formas de mobilidade não podem ser apreendidas e analisadas a partir de um nível de abstração que não incorpore as condições particulares das formações sociais concretas (p. ex. - países de industrialização recente, com fronteiras agrícolas), e nem as especificidades decorrentes da natureza do setor produtivo (p. ex. agricultura, ou trabalho rurbano), como induziriam as aplicações mecânicas da abordagem de GAUDEMAR.

A violência das formas de imobilização não caracterizam um "novo escravismo" como sugerem alguns autores (p. ex. Souza Martins), mas ao contrário são utilizadas por grandes empresas, inclusive multinacionais, articulam-se com formas intensas de mobilidade, e caracterizam uma etapa de formação do mercado de terras e do mercado de trabalho.

Por seu lado, os camponeses "utilizam" sua mobilidade para tentarem viabilizar suas explorações, angariando recursos através da pluri-atividade, mas o mais importante é que eles usam esta "mobilidade" para ocupar terras dos grandes projetos e mesmo terras reservadas a pequenos produtores prósperos, que correspondam ao perfil aceito pelo Banco Mundial para seus projetos de modernização. Na Amazônia Ocidental não há uma única grande propriedade que não tenha perdido ao menos uma fração de suas terras para os camponeses.

A ação recente do GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins - tenta regularizar a situação de parte dos camponeses desta região, considerada de segurança nacional, fixando-os, restringindo sua ação perturbadora sobre os projetos arquitetados, dos quais esta massa camponesa está obviamente excluída na sua maior parte.

Naturalmente esta política do GETAT provoca um conflito parcial com as empresas que desejam a mobilidade dos camponeses-peões em direção aos seus domínios e sua imobilização no interior deles, durante os períodos de trabalho.

O caso do Nordeste mostra a ambiguidade da oposição Mobilidade-Imobilidade: os trabalhadores permanentes, "registrados", têm os "di

reitos", mas se consideram "cativos" na Usina. Os outros, expulsos, os "clandestinos", consideram-se livres do novo senhor, mas prisioneiros de sua crônica pobreza e instabilidade e sujeitos aos desígnios dos novos recrutadores de peões. A essência do problema situa-se na natureza das relações sociais e do poder político e na baseada estrutura fundiária.

O famoso "consenso" sobre a necessidade de fixação do homem ao campo merece ser objeto de uma profunda revisão. O discurso urbano, de diversos quadrantes, pretende naturalmente manter as ameaças da pobreza e da violência longe das cidades. Mas fixar em que condições? Aquelas dos proprietários, como a peonagem? Aquelas oferecidas pelo GETAT, para alguns, em algumas áreas restritas, sob acirrada vigilância? Aquelas do INCRA - que na década de 80 passa a privilegiar a colonização privada, em detrimento da colonização oficial (em 83 o INCRA destinou 600 mil ha às reservas para a Colonização Oficial e 3 milhões de ha para a Colonização Privada, através de empresas particulares de colonização)?

Os 4,6 milhões de trabalhadores e pequenos camponeses filiados à CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura reafirmaram em seus recentes encontros, posteriores ao IIIº Congresso, sua luta por uma Reforma Agrária, com participação dos camponeses e trabalhadores rurais nos critérios de desapropriação e de indenização; com garantia para as explorações que venham a ser constituídas, cooperativas ou empresas familiares, de participação direta nas decisões econômicas concernentes à agricultura, acesso ao crédito, à comercialização, às entidades e organismos econômicos e políticos urbanos.

Os camponeses e trabalhadores manifestam claramente a vontade política de liberdade de se apropriarem de seu próprio território, de aí permanecerem de forma associada, e ainda de manter sua liberdade de movimentos para ampliar sua cooperação, sua participação, suas alianças políticas e sua cidadania. São os interessados que pretendem modificar uma situação secular de injustiças, para garantir tanto seus direitos de ficar, como sua liberdade de associação e de movimento.

"A mais cruel das escravidões está em ser privado da terra, porque o escravo que tem um dono, é escravo de uma só pessoa, mas o homem privado do direito da terra, é escravo de todo o mundo."

TOLSTOI